

4 | CIDADES

EXPECTATIVA Projeto pode render compensação aos municípios produtores de água

Lideranças prometem agilizar votação

A cobrança para rapidez na votação do projeto de lei que pode render aos municípios produtores de água uma compensação financeira será feita em breve de acordo com deputados ouvidos por O Diário que prometeram agir em prol do Alto Tietê.

Para o deputado federal Junji Abe (PSD), já está passada a hora das prefeituras serem ressarcidas. “A minha família Abe foi uma das que perderam terras no final dos anos 80, início dos 90 próximo da Mogi-Bertioga (SP-98), onde hoje está a Represa do Rio Jundiá. Está na hora de uma legislação estadual que determine o quanto as administrações municipais possam receber. É nítido que esse pagamento precisará ser feito pelo ICMS (Imposto sobre Comércio de Mercadorias e Serviços)”, disse. O parlamentar, porém, acredita que a votação do projeto não deve ocorrer até o fim deste ano. “Temos um calendário muito apertado, com menos sessões do Legislativo.



ÁREA Represa de Taiaçupeba faz parte do Sistema Produtor Alto Tietê

Acredito que ficará para o ano que vem”, opinou.

O deputado estadual Luiz Carlos Gondim (Solidariedade), por outro lado, acredita que a

aprovação talvez possa sair ainda este ano. “Se houver vontade política, acho que sai sim. Basta haver cobrança e é o que vai acontecer. O Executivo deveria

pagar, se não com o ICMS, pelo preço do litro utilizado”, disse.

“O pleito dos prefeitos, vereadores e lideranças do Alto Tietê é legítimo e importante. Contamos com cinco represas que contribuem consideravelmente com o abastecimento do Estado de São Paulo, sem nenhuma contrapartida. A ideia de retorno via repasse do ICMS é interessante e deve ser discutida com os representantes do Governo do Estado. Faço coro com os municípios para que esta luta seja vitoriosa”, comentou o deputado estadual Estevam Galvão (DEM).

Há alguns dias, o Estado ampliou a captação da água do Sistema Alto Tietê que está sendo utilizada para abastecer parte das regiões atendidas pelo Sistema Cantareira, aquém do limite de 15% de sua capacidade. A compensação é uma bandeira histórica que voltou a ser defendida após esta medida emergencial adotada pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Sabesp).